

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.558 - ES (2019/0298738-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **THIAGO SOARES ANDRADE E OUTRO**
ADVOGADOS : **SEBASTIAO GUALTEMAR SOARES - ES000033B**
 : **THIAGO SOARES ANDRADE - ES024506**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
PACIENTE : **JOSE CARLOS MARCONDES SOARES**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ CARLOS MARCONDES SOARES no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente, no âmbito da Operação Rubi, por ordem do Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que preside as investigações instauradas para a apuração dos crimes de corrupção, de associação, de lavagem de capitais, de ordem licitatória, entre outros delitos promovidos em desfavor da Prefeitura do Município de Presidente Kennedy/ES.

No presente *habeas corpus*, alega a defesa que a decretação da custódia se deu com base em fundamento equivocado, uma vez que o paciente nunca esteve foragido. Assevera que "que a polícia não o buscou e este não se entregou voluntariamente, uma vez que não é obrigado por lei a entregar-se espontaneamente para ser preso, razão pela qual tal fato de ainda não se encontrar detido seja usado como fundamento para prejudicá-lo, esteio fundamento no Art. 5º, II, CF" (e-STJ fl. 6).

Aponta que a *corréus* foi concedida a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas e, nesse cenário, não se vislumbraria a necessidade da custódia em comento para a garantia da ordem pública.

Sustenta, ainda, que "a decisão que decretou a prisão preventiva do PACIENTE deve ser nulificada por claro desvio de finalidade e abuso de poder, por ter sido utilizada como instrumento para forçar a delação premiada do PACIENTE" (e-STJ fl. 11).

Por fim, aduz a ausência dos requisitos autorizadores da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva, previstas no art. 312 do Código de Processo Penal, e acentua as condições pessoais favoráveis do ora paciente.

Requer, liminarmente, "que seja suspenso o decreto prisional até o julgamento do mérito do *writ*. Subsidiariamente, requer-se seja a prisão cautelar substituída por medidas alternativas à prisão (art. 319 do CPP) [...]. No mérito, pugna-se pela a confirmação da medida liminar[...] ou a concessão da ordem de habeas corpus para cassar o decreto de prisão contra o Paciente, com fundamento no art. 5º, LXI e LXVIII da Constituição Federal, e no art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal" (e-STJ fl. 20).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, o exame do alegado constrangimento confunde-se com a análise do próprio mérito da irresignação, a ser realizada oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em juízo de cognição sumária e perfunctória, não diviso ilegalidade flagrante a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque não se pode afirmar, nesta etapa, que o encarceramento cautelar seja totalmente carente de substrato, uma vez que foram mencionados fatos concretos que podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, destacando a Corte local, em especial, o fato de o ora paciente estar "evadido do distrito da culpa" (e-STJ fl. 26).

Diante disso, mostra-se imprescindível minuciosa análise dos elementos de convicção juntados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

